



ALERTA

Rui Palmeira denuncia uso indevido de seu nome em golpe com promessa de casa popular



REVIRAVOLTA

Parecer defende que fim da parceria ameaça empregos e recuperação judicial da emissora

MPF recomenda que STJ obrigue Globo a manter TV de Collor como afiliada



JUDICIÁRIO

*Nova tabela foi proposta pelo TJAL e votada em regime de urgência
Assembleia aprova reajuste das custas judiciais em Alagoas com teto de R\$ 34 mil*



UNIDOS

Tucanos buscam aliança para superar cláusula de barreira e influenciar eleições de 2026
PSDB articula federação com MDB e pode alterar cenário político em Alagoas

XADREZ POLÍTICO

Ex-presidente da Câmara enfrenta dificuldades e pode perder apoio estratégico
Lira mira Senado, mas vê base política ameaçada por aproximação de JHC com os Calheiros

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Afiliada vitalícia

Não bastassem os solavancos da política nacional, agora o Judiciário flerta com a ideia de transformar contratos comerciais em laços eternos — quase matrimoniais. A recomendação do Ministério Público Federal para que o STJ obrigue a TV Globo a continuar casada com a TV Gazeta de Alagoas, controlada por ninguém menos que Fernando Collor, é daquelas reviravoltas que fazem o roteirista de série política mais ousado balançar a cabeça em silêncio.

O enredo é saboroso: uma emissora atolada em escândalos, vinculada a um ex-presidente condenado por corrupção, alega que sem a programação global vai à falência. Nada que surpreenda num país onde o colapso de empresas sempre encontra justificativa no “interesse social”. Segundo o MPF, a saída

da Globo colocaria empregos em risco e comprometeria o processo de recuperação judicial da Gazeta. A solução? Transformar a afiliada em herança obrigatória até 2030.

Convenhamos: quando a sobrevivência de um negócio depende da grade de outra emissora, talvez o problema seja menos jurídico e mais estrutural. A Gazeta está em recuperação judicial desde 2019 e só agora se reconhece a gravidade de uma possível falência? E mais curioso: o próprio Judiciário que condenou Collor agora pode obrigar uma empresa privada a manter contrato com sua emissora. O Brasil sempre entrega roteiros complexos — e, frequentemente, incoerentes.

Do outro lado, a Globo segue seu caminho. Já fez as malas, arrumou um novo parceiro e parece pouco disposta

a voltar atrás. Mas o Ministério Público, numa espécie de guarda-costas do imprevisível, resolveu que é melhor segurar o casamento à força. Não por amor, claro — por “impacto econômico”. O nome disso, se estivermos sendo generosos, é tutela judicial da ineficiência. Se formos sinceros, é transformar liberdade contratual em peça de museu.

Mais do que o destino de uma afiliada, o episódio escancara a elasticidade institucional brasileira. Contratos, regras de mercado, condenações judiciais: tudo pode ser flexibilizado em nome da conveniência do momento. É quase uma nova jurisprudência — o “vale tudo em nome da estabilidade”.

Resta saber se o STJ seguirá o roteiro ou se, ao menos dessa vez, a realidade vai respeitar o capítulo final.



COLUNISTAS

IGOR GADELHA

Interrogatório de Mauro Cid no STF fiska atenção da cúpula do Exército

O interrogatório do tenente-coronel Mauro Cid nesta segunda-feira (9/6), na Primeira Turma do STF, tem prendido a atenção de integrantes da cúpula do Exército.

Segundo apurou a coluna, generais acompanham o interrogatório do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro pela TV, diretamente do comando do Exército, em Brasília.

O atual comandante do Exército, general Tomás Paiva, está em Brasília. Na agenda oficial do militar divulgada publicamente, porém, não consta qualquer compromisso.

Dos oito réus ouvidos pelo STF, quatro são do Exército. Mauro Cid é o único da ativa, embora o militar esteja

oficialmente afastado de suas funções em razão do inquérito.

Os outros três réus do Exército estão na reserva remunerada, entre eles, o próprio Jair Bolsonaro e os generais e ex-ministros Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira.

Interrogatórios no STF seguem até sexta

Os interrogatórios começaram nesta segunda e devem seguir até a sexta-feira (13/6). No caso de Bolsonaro, a previsão é de que ele seja ouvido na quarta-feira (11/6).

Depois dessa fase, abre-se prazo para eventuais novas instruções e, na sequência, para alegações finais. Após essa etapa, será possível marcar a data do julgamento.



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernandoliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

EDITORIAL - ARTIGOS - EXPEDIENTE

REVIRAVOLTA

Parecer defende que fim da parceria ameaça empregos e recuperação judicial da emissora

MPF recomenda que STJ obrigue Globo a manter TV de Collor como afiliada

O Ministério Público Federal recomendou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que rejeite o recurso da TV Globo contra a TV Gazeta de Alagoas, controlada pelo ex-presidente Fernando Collor, e determine a renovação compulsória do contrato de afiliação entre as emissoras até 2030. A recomendação foi enviada nesta sexta-feira (6) ao ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, relator do caso.

O parecer, assinado pelo subprocurador-geral da República Maurício Vieira Bracks, sustenta que a interrupção da parceria traria impactos econômicos graves para o estado, como a demissão de funcionários e o colapso do plano de

recuperação judicial da emissora alagoana. Segundo Bracks, sem a parceria com a Globo, a TV Gazeta tende à falência.

O imbróglio jurídico se arrasta desde outubro de 2023, quando a Globo notificou a TV Gazeta de que não renovaria o contrato

de afiliação vigente desde 1975. A decisão foi motivada por escândalos envolvendo a emissora alagoana, incluindo denúncias de uso do canal para recebimento de propina em esquemas de corrupção. Fernando Collor foi condenado a oito anos de prisão

pelo STF em decorrência dessas acusações.

Diante da ruptura anunciada, a TV Gazeta recorreu ao Judiciário e obteve duas decisões favoráveis no Tribunal de Justiça de Alagoas. A emissora alegou que o rompimento comprometeria acordos com credores e inviabilizaria a continuidade do processo de recuperação judicial, iniciado em 2019.

Enquanto a disputa avança no STJ, a Globo já firmou um novo acordo com o Grupo Asa Branca de Comunicação, que passou a retransmitir o conteúdo da emissora carioca no interior de Pernambuco. Desde o fim do contrato com a Globo, a TV Gazeta tem operado com a retransmissão do canal Futura. A decisão final do STJ é aguardada para as próximas semanas.



JUDICIÁRIO

Nova tabela foi proposta pelo TJAL e votada em regime de urgência

Assembleia aprova reajuste das custas judiciais em Alagoas com teto de R\$ 34 mil

A Assembleia Legislativa de Alagoas aprovou, em sessão realizada na última quinta-feira (5), o projeto de lei que atualiza os valores das custas judiciais no estado. A proposta, encaminhada pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), foi votada em regime de urgência e recebeu maioria dos votos, apesar de críticas por parte da oposição.

Com a mudança, os valores passarão a variar entre R\$ 343,16 e R\$ 34.415,73, dependendo do tipo de ação e do valor da causa. De acordo com o TJAL, o reajuste é necessário para manter e modernizar a estrutura do Judiciário, além de viabilizar melhorias nos serviços oferecidos à população.

Durante o debate em plenário, o deputado Cabo Beбето (PL) se manifestou contra a medida. Segundo

ele, o aumento pode criar barreiras para a população de baixa renda, especialmente em processos que envolvem valores mais elevados ou maior complexidade jurídica.

Apesar das críticas, parlamentares que apoiaram a proposta argumentaram que a última atualização da tabela ocorreu há quase uma década. Também destacaram que a

gratuidade judicial continua garantida para quem comprovar insuficiência de recursos.

A tramitação acelerada do projeto foi vista por parte dos deputados como uma resposta às demandas estruturais do Poder Judiciário estadual, que alega enfrentar defasagem orçamentária e limitação de investimentos em tecnologia e pessoal.

Com a aprovação, o texto segue para sanção do governador Paulo Dantas. A nova tabela deve entrar em vigor ainda neste mês, alterando os valores cobrados em processos judiciais em todas as comarcas do estado.



ALERTA

Vereador aciona polícia e alerta população para esquema fraudulento em Maceió

Rui Palmeira denuncia uso indevido de seu nome em golpe com promessa de casa popular

O vereador Rui Palmeira (PSD) registrou nesta sexta-feira (6) um boletim de ocorrência após identificar o uso indevido de seu nome

em um esquema de estelionato. Segundo o parlamentar, criminosos estariam se passando por membros de seu gabinete para solicitar dinheiro em troca da suposta entrega de casas populares.

De acordo com Rui, a promessa de imóveis é falsa e não há qualquer envolvimento de seu mandato com esse tipo de oferta. Ele classificou a prática como criminosa e afirmou estar tomando as medidas legais cabíveis para

apurar o caso e responsabilizar os envolvidos.

O vereador orienta que, diante de qualquer abordagem desse tipo, a população não realize pagamentos e denuncie imediatamente à polícia por meio do Disque Denúncia, no número 181. A investigação está em andamento.



Delegacia Virtual de Alagoas

Registrado em 06/06/2025 14:51

COMPROVANTE DE COMUNICAÇÃO DE FATO

Comunicante: RUI SOARES PALMEIRA

Prezado(a) RUI SOARES PALMEIRA,
Sua solicitação de registro de ocorrência foi recebida e será analisada pela equipe do(a) Delegacia Virtual de Alagoas. Em breve um e-mail será enviado a você com a resposta da análise.

Número de protocolo: [REDACTED]

Este é o número de protocolo para sua solicitação. Com ele você poderá consultar o andamento do seu atendimento e imprimir a ocorrência, após sua aprovação.

Em caso de dúvidas ou informações adicionais, entre em contato com a Delegacia Virtual de Alagoas
Telefone: (82) 3315-2282
E-mail: delegaciavirtual@pc.al.gov.br



PRESSÃO

Promotoria aponta contratações sem respaldo legal, omissões no Portal da Transparência e risco de improbidade

Prefeita de Lagoa da Canoa é intimada a nomear concursados e exonerar servidores com vínculos irregulares

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) recomendou oficialmente que a prefeita de Lagoa da Canoa, Edilza Alves de Souza, exonere todos os servidores temporários ocupando funções previstas no concurso público vigente e proceda à imediata convocação dos candidatos aprovados. A medida foi publicada no Diário Oficial da instituição na quinta-feira (5) e é resultado de denúncias que apontam irregularidades na administração de pessoal da prefeitura.

Segundo o promotor responsável pelo caso, diversas reclamações chegaram à Promotoria por meio da Ouvidoria, e-mails e atendimentos presenciais. As queixas relatam a existência de contratações temporárias em detrimento de aprovados em

concurso ainda em validade. Durante a apuração, o município deixou de fornecer informações completas sobre a quantidade de contratados, a natureza dos vínculos e os critérios utilizados nas admissões.

A investigação também identificou cargos ocupados por temporários sem previsão legal ou descrição clara de funções. Em alguns casos, constavam apenas denominações genéricas, como “Jurídico”, sem respaldo na estrutura administrativa do município. O MP também apontou falhas graves no Portal da Transparência, que estaria desatualizado e sem informações básicas sobre carga horária, funções e especialidades dos servidores.

A recomendação prevê a exoneração de todos os temporários que estejam em funções para as quais existam cargos efetivos criados por lei e com candidatos aprovados aguardando nomeação. Além disso, a prefeita deve se abster de realizar novas admissões precárias para esses postos enquanto houver concursados habilitados. O MP lembra que o direito à nomeação é respaldado por decisões reiteradas do Supremo Tribunal Federal, especialmente quando há contratações paralelas sem justificativa.

A Promotoria também alertou que o não cumprimento das providências poderá



configurar ato doloso de improbidade administrativa, com possibilidade de responsabilização judicial dos gestores. A Prefeitura de Lagoa da Canoa tem prazo de 15 dias corridos para responder à recomendação e apresentar os documentos que comprovem as medidas adotadas.

Outro ponto cobrado pelo Ministério Público é a atualização integral do Portal

da Transparência e o rigor na aplicação das normas constitucionais sobre acúmulo de cargos públicos. A fiscalização continuará acompanhando o caso, e novos desdobramentos não estão descartados, caso as irregularidades persistam.

UNIDOS

Tucanos buscam aliança para superar cláusula de barreira e influenciar eleições de 2026

PSDB articula federação com MDB e pode alterar cenário político em Alagoas

Após oficializar a fusão com o Podemos na última quinta-feira (5), o PSDB iniciou conversas para formar uma federação com o MDB visando as eleições de 2026. A movimentação, liderada por dirigentes nacionais, tem como principal objetivo driblar a cláusula de barreira e garantir acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV.

Em Alagoas, a possível aliança entre os dois partidos pode

redesenhar completamente o tabuleiro eleitoral. O MDB no estado tem como principal liderança o senador Renan Calheiros, que já articula alianças com vistas ao próximo pleito. A aproximação com o PSDB poderia interferir diretamente em acordos em curso com outras siglas.

Outro fator relevante no cenário local é o Republicanos, que tenta lançar Davi Davino Filho como candidato ao Senado. Já o Podemos é o partido do vice-prefeito de Maceió, Rodrigo Cunha, aliado do prefeito JHC e adversário político do grupo de Renan Calheiros.

Com a formação de federações, adversários históricos podem ser obrigados a atuar juntos, ou, em alternativa, migrar para siglas como o PL ou a federação PP-UB. O movimento nacional pode, portanto, forçar realinhamentos locais ou provocar novas rupturas.



SENADO

Senador recomenda aprovação de medida que amplia acesso de jovens ao mercado formal

Renan Calheiros defende incentivo ao primeiro emprego para jovens e propõe ajustes em projeto

O Ministério Público de Alagoas instaurou um inquérito civil para apurar a contratação da empresa Rads Gestão Consultoria e Planejamento pela Prefeitura de Pariconha, no Sertão do estado. O contrato, no valor de quase R\$ 400 mil, foi firmado sem licitação, o que levantou suspeitas sobre a legalidade do procedimento. O prefeito Tony de Campinhos (MDB) terá de explicar os critérios adotados para justificar a dispensa da concorrência pública.

De acordo com a denúncia anônima que chegou ao MPAL, o município desembolsou R\$ 399.346,59 ao longo de sete meses para a prestação de serviços técnicos em políticas públicas, segurança e meio ambiente. A empresa, contratada por meio da modalidade de



inexigibilidade, ficou responsável, entre outras atividades, por oferecer um curso de formação para a Guarda Civil Municipal.

Em nota enviada à imprensa, o chefe de gabinete da prefeitura, Gentil Neto, alegou que a contratação seguiu os trâmites legais. Segundo ele, a empresa apresentou qualificação técnica compatível com os serviços e, por isso, foi escolhida sem a necessidade de processo licitatório tradicional. A justificativa se ampara na legislação que permite a inexigibilidade quando há notória especialização do contratado.

No entanto, o Ministério Público vê indícios de irregularidade no processo. O uso da inexigibilidade em um município de pequeno

porte, como Pariconha, para um contrato de valor elevado, foi considerado desproporcional e, possivelmente, inadequado. O trecho da denúncia obtido pelo portal 7Segundos aponta que o procedimento teria sido desvirtuado para escapar da obrigação de promover uma licitação pública.

O caso foi oficializado em portaria publicada no Diário Oficial desta quinta-feira (5), e a promotoria responsável deve ouvir representantes da administração municipal nas próximas semanas. O objetivo é verificar se houve violação aos princípios da legalidade, economicidade e impessoalidade na contratação. Caso confirmadas irregularidades, o prefeito poderá responder por ato de

improbidade administrativa.

A gestão municipal insiste na legalidade do contrato e reforça que o serviço foi prestado com base na legislação vigente. A investigação segue em curso, e o MPAL ainda não determinou medidas cautelares. Enquanto isso, o caso já provoca repercussão na região e pressiona a administração a apresentar, com clareza, os fundamentos da decisão que gerou o gasto de R\$ 57 mil mensais aos cofres públicos.

BASTIDORES FERVEM

Indicação à corte federal pode influenciar composição eleitoral do Senado em 2026 e redesenha alianças no estado

Disputa por vaga no STJ expõe primeira fissura no “quarteto fantástico” de Alagoas

A disputa pela indicação à vaga aberta no Superior Tribunal de Justiça (STJ) gerou a primeira divergência explícita entre os principais líderes políticos de Alagoas desde 2022. O grupo formado por Paulo Dantas, Marcelo Victor, Renan Calheiros e Renan Filho — apelidado nos bastidores de “quarteto fantástico” — vive dias de tensão por conta da preferência dividida entre dois nomes: o procurador Sammy Barbosa e a procuradora Marluce Caldas.

Paulo Dantas, governador de Alagoas, e Marcelo Victor, presidente da Assembleia Legislativa, defendem a nomeação de Sammy, que atua no Ministério Público do Acre. Já os senadores Renan Calheiros e Renan Filho concentram esforços em favor de Marluce, integrante do MP alagoano e tia do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (JHC). A disputa, embora institucional, tem reflexos diretos sobre a formação



das futuras chapas majoritárias no estado.

O desfecho dessa escolha é visto como um indicativo relevante para o segundo voto ao Senado em 2026, já que Dantas e Victor, embora sigam comprometidos com o apoio aos Renans, estariam dispostos a bancar outro nome para a segunda vaga, caso se concretize um eventual acordo entre os Calheiros e JHC. A leitura nos bastidores é clara: a vitória de Marluce representaria um gesto de aproximação entre Renan Filho e o atual prefeito da capital.

Fontes próximas ao Palácio República dos Palmares afirmam que o senador Fernando Farias, suplente no exercício do mandato durante a licença de Renan Filho, seria um dos potenciais beneficiários dessa

articulação. Apesar de manter boa relação com todos os envolvidos, Farias nega papel de intermediador. Até agora, as conversas ocorreram de forma direta entre os principais líderes — JHC, Renan Calheiros e Renan Filho.

A divisão não se restringe ao grupo governista. No campo oposto, a disputa também reorganiza alianças. O deputado federal Arthur Lira, adversário histórico dos Calheiros, estaria alinhado com Dantas e Victor na defesa do nome de Sammy. Já JHC, além de apoiar a nomeação de sua tia, se aproxima do núcleo político que lidera o governo federal no estado, vislumbrando uma eventual candidatura ao Senado com apoio dos Renans.

A definição presidencial para a vaga no STJ vem sendo sucessivamente adiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Planalto monitora de perto o impasse, ciente do impacto que a escolha terá não apenas no Judiciário, mas também na balança de poder em Alagoas. Enquanto Marluce conta com respaldo de entidades e lideranças locais, Sammy articula com apoio de Brasília. O desfecho, porém, permanece indefinido — e pode redesenhar o xadrez político alagoano antes do previsto.

XADREZ POLÍTICO

Ex-presidente da Câmara enfrenta dificuldades e pode perder apoio estratégico

Lira mira Senado, mas vê base política ameaçada por aproximação de JHC com os Calheiros

Sete meses após deixar a presidência da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) segue com forte prestígio político em Brasília, mas enfrenta um cenário delicado em seu reduto eleitoral. De olho em uma candidatura ao Senado em 2026, o parlamentar tenta costurar alianças em Alagoas, mas se vê isolado diante da aproximação do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), com o grupo político de Renan Calheiros (MDB).

Mesmo sem mandato de presidente, Lira ainda dita o rumo de votações estratégicas na Câmara,

influencia decisões do sucessor Hugo Motta (Republicanos-PB) e se mantém próximo ao Palácio do Planalto. Porém, as dificuldades se acumulam em casa. Durante a última eleição municipal, JHC recusou ceder a vaga de vice ao grupo de Lira, apesar de ter recebido seu apoio. Agora, reeleito com folga e com alta aprovação, o prefeito articula novos caminhos — que incluem uma possível candidatura ao Senado ao lado do ministro Renan Filho (MDB), seu aliado recente.

A movimentação preocupa Lira. O apoio de JHC era considerado fundamental para garantir musculatura política na capital, onde o prefeito tem peso eleitoral. A tensão aumentou após a exoneração de aliados de Lira da prefeitura de Maceió e com o apoio declarado de Renan Calheiros à indicação da procuradora Marluce Caldas, tia do prefeito, para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Renan descarta qualquer reaproximação com o rival. “Descartamos uma composição

com Lira. Entre ele e JHC, fico com o prefeito mil vezes”, afirmou o senador. A sinalização fortalece a tese de uma aliança Calheiros-Caldas para 2026, o que deixaria Lira em desvantagem frente ao controle que o MDB mantém sobre a maioria dos municípios alagoanos.

Enquanto tenta se firmar como candidato

viável ao Senado, Lira articula nos bastidores de Brasília e reforça sua presença no centro das discussões legislativas. Mas, sem garantir seu palanque em Alagoas, o caminho para o Senado poderá ser mais difícil do que ele projetava.



AVANÇO

Documento define regras de funcionamento do órgão, reativado recentemente pelo governador Paulo Dantas

Governo de Alagoas regulamenta regimento interno do Conselho Estadual de Comunicação

O Governo de Alagoas publicou, em edição suplementar do Diário Oficial, o decreto que institui o novo regimento interno do Conselho Estadual de Comunicação (Consecom). Após mais de uma década inativo, o órgão foi oficialmente reativado pelo governador Paulo Dantas no dia 1º de junho, data simbólica por marcar o Dia da Imprensa. A medida foi vista como mais um passo do governo na busca por uma comunicação pública mais democrática e participativa.

O Consecom tem caráter consultivo e tem como missão assegurar a presença da sociedade civil organizada, além de instituições públicas e poderes constituídos, na elaboração e no acompanhamento das políticas de comunicação do Estado. O órgão

será vinculado à Secretaria de Estado de Comunicação (Secom) e contará com 19 membros titulares de diferentes setores governamentais e da sociedade.

Fazem parte do conselho representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais, do Ministério Público, secretarias de governo, além de entidades como a OAB/AL, Sindjornal, AMA, ABAP/AL, Ufal e sindicatos ligados à comunicação. Os membros serão nomeados pelo governador

após indicação da Secom, com mandatos de dois anos, renováveis uma vez.

As reuniões poderão ser presenciais, híbridas ou virtuais, com deliberações decididas por maioria simples. A convocação extraordinária para a instalação do Conselho e eleição da presidência será de responsabilidade da Secom. A estrutura administrativa será definida internamente, conforme previsto no regimento recém-publicado.

Entre as atribuições do Consecom

estão o acompanhamento da comunicação pública estadual, a emissão de recomendações, a supervisão de veículos ligados ao IZP e o incentivo à inovação no setor. O órgão também deverá promover o combate à desinformação e à disseminação de informações falsas, fortalecendo ações como as do Observatório da Desinformação e do Núcleo de Integridade da Informação.

Além disso, o Conselho atuará na promoção da cidadania, estímulo a conteúdos educativos, defesa da liberdade de expressão e incentivo à criação de conselhos municipais. A reativação foi celebrada por representantes do governo, incluindo o governador e o secretário de Comunicação, que destacaram o compromisso da gestão com transparência, diálogo e fortalecimento da informação pública.



CIDADANIA

O Corações da Paz tem como proposta reduzir a vulnerabilidade social com espaços que aproximam os serviços do Estado em áreas carentes

Paulo Dantas lança maior programa de promoção à cidadania e prevenção à violência de Alagoas

O Governo de Alagoas lançou nesta segunda-feira (9) o programa Corações da Paz, com o objetivo de promover cidadania, reduzir a vulnerabilidade social e prevenir a violência. A iniciativa foi apresentada pelo governador Paulo Dantas durante solenidade no Palácio República dos Palmares, com a assinatura da ordem de serviço para construção do primeiro complexo, no bairro do Trapiche, em Maceió, e o envio do projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado. O programa busca aproximar a população dos serviços públicos em áreas como saúde, educação, cultura, lazer e segurança.

Serão construídas dez unidades do programa em todo o estado, com quatro na capital (Trapiche, Vergel, Jacintinho e Benedito Bentes) e seis em cidades do interior (Marechal Deodoro, Arapiraca, Santana do

Ipanema, Rio Largo e São Luís do Quitunde). O investimento previsto é de R\$ 100 milhões. Segundo Paulo Dantas, a proposta é integrar esforços de todas as secretarias estaduais para que o projeto tenha abrangência e impacto nas comunidades atendidas ainda este ano.

O programa também tem o objetivo de estimular a cultura da paz, por meio de ações educativas e de inclusão. O secretário de Prevenção à Violência, Ricardo Dória, destacou que o modelo foi inspirado em experiências exitosas de Belém e Recife. A secretária de Educação, Roseane Vasconcelos, ressaltou que escolas da rede

estadual serão beneficiadas, com mais de 4 mil alunos atendidos inicialmente em unidades da capital, incluindo também seus familiares e entorno social.

O Complexo Comunitário Corações da Paz será construído no entorno do Ginásio Lauthenay Perdigão e contará com três blocos: um para formação e atividades culturais, outro para atendimento direto à população e um terceiro para estrutura administrativa. Haverá também uma nova unidade da Escola do Coração, em parceria com a Secretaria de Educação. A previsão é que o investimento na unidade do Trapiche

seja de R\$ 10 milhões.

O espaço oferecerá diversos serviços sociais e públicos, como emissão de documentos, atendimento à população vulnerável, mediação de conflitos, inclusão produtiva, atividades culturais, apoio psicológico e esportivo. A área externa do ginásio também será revitalizada, com pista de cooper, quiosques e espaço para convivência. A proposta é tornar o local um centro de referência comunitária, acessível e funcional.

Por fim, o programa envolverá várias secretarias e instituições, entre elas Seprev, SSP, Secria, Uneal, Sesau, Secti, Secult, Setur, Seteq, Secdef, Selaj, Semudh, Seades e Secom, que atuarão de forma integrada para garantir um atendimento completo às comunidades. A solenidade contou com a presença de secretários estaduais, parlamentares e representantes de diferentes áreas, reforçando o caráter transversal e coletivo da iniciativa.



PLDO

Projeto foi encaminhado ao Legislativo pela Prefeitura de Maceió e traz destaques no que se refere a receitas e controle de despesas

Audiência pública na Câmara Municipal vai debater sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias

A Câmara Municipal vai realizar, na próxima segunda-feira (16), a partir das 15h, uma audiência pública para deliberar sobre

o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). Os debates vão acontecer no plenário da Casa após convocação feita pelo presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira,

vereador Samyr Malta.

O PLDO foi encaminhado pela Prefeitura de Maceió à Câmara Municipal no dia 15 de maio, com destaques no crescimento de receita e controle de despesas do Município, apontado na série histórica entre 2023 a 2026. Assim que o projeto chegou ao Legislativo, o presidente da Câmara, Chico Filho, fez questão de informar em sessão plenária que a mensagem governamental já estava no parlamento para dar os devidos encaminhamentos.

Para o presidente da Comissão de Orçamento, Samyr Malta, é importante a participação popular nas discussões referentes ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

“A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um documento anual que orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e estabelece as metas e prioridades do governo para o ano seguinte e chegou recentemente à Câmara Municipal. Nós vamos analisá-la e é muito importante que todos participem da audiência pública que iremos realizar para que possam dar suas

sugestões e assim determinarmos as prioridades da gestão pública para 2026”, reforçou o vereador.

Entenda

A LDO estabelece as regras para a elaboração do Orçamento do ano seguinte da Prefeitura de Maceió. Cabe ao texto definir, por exemplo, o nível de equilíbrio entre receitas e despesas municipais.

Já a audiência pública, também de responsabilidade da Câmara, é uma discussão prévia entre os cidadãos e os vereadores sobre as matérias orçamentárias. Elas são um instrumento para que o cidadão possa exercer seu direito de conhecer melhor os projetos de lei que se transformarão na LDO, bem como sugerir alterações que possam, por exemplo, modificar a destinação de uma verba, ou uma prioridade, ou a execução de uma obra.



TURISMO

Resultados expressivos da hotelaria mostram fortalecimento do turismo e da economia local na capital alagoana

Maceió registra segundo melhor desempenho hoteleiro do Brasil no 1º trimestre de 2025

Maceió alcançou o segundo lugar no ranking nacional de performance hoteleira entre as cidades brasileiras no primeiro trimestre de 2025, segundo levantamento da plataforma Omnibees. O destaque reforça o prestígio do destino no cenário turístico nacional e sua capacidade de gerar receita

com qualidade na hotelaria.

Confira os indicadores de performance
Destaques por indicador:

- Diária média (ADR): +28,69%
- Volume bruto de vendas (GMV): +53,9%
- Room nights (diárias ocupadas): +19,9%
- Reservas: +11,2%

Os números demonstram que Maceió não apenas aumentou o volume de hóspedes, mas também elevou o valor

investido por cada estadia, refletindo na otimização da eficiência e da rentabilidade do setor hoteleiro local.

A pesquisa considerou milhões de reservas em hotéis conectados ao sistema Omnibees e avaliou quatro indicadores: número de reservas, room nights, diária média e GMV. O resultado não só posiciona Maceió como destaque regional, mas também como força relevante no turismo nacional.

No ranking completo, o top 5 de coeficiente de performance ficou assim:

1. Porto Seguro (BA) – 32,77%
2. Maceió (AL) – 28,42%
3. Rio de Janeiro (RJ) – 27,40%
4. Natal (RN) – 27,23%
5. Fortaleza (CE) – 25,15%

O que isso significa para Maceió:

- Valorização da imagem da cidade como destino turístico de alto valor, investindo em experiência de hospedagem e serviço;

- Atração de novos investidores, com evidência de retorno sobre investimento na hotelaria local;

- Impacto positivo na economia regional, gerando empregos e fortalecendo toda a cadeia do turismo (alimentação, transporte, cultura, etc.).

“Esse indicador é importante não apenas por sinalizar o crescimento de todo o setor,

como também a elevação do padrão de qualidade dos empreendimentos hoteleiros da cidade”, diz Milton Vasconcelos, presidente do Maceió Convention & Visitors Bureau.

“E, isso só está acontecendo por meio de um trabalho conjunto de promoção do destino em parceria com o setor público e de novos investimentos em resorts e hotéis que ajudaram a elevar o valor médio da diária na cidade”, diz o hoteleiro.

O desempenho da hotelaria de Maceió no primeiro trimestre de 2025 reforça que a cidade não é apenas um destino bonito, mas um ambiente de negócios eficiente e maduro. Com estratégias de promoção da gestão JHC e do vice-prefeito Rodrigo Cunha, melhorias na infraestrutura e investimentos públicos e privados, Maceió se consolida como um dos grandes nomes do turismo nacional — ficando atrás apenas de Porto Seguro no ranking de desempenho hoteleiro.



TUMULTO

PM precisou intervir após o apito final no CT Gustavo Paiva

Confusão encerra empate entre CSA e M10 Rio Largo na semifinal do Sub-17

O empate em 2 a 2 entre CSA e M10 Rio Largo, pela volta da semifinal do Campeonato Alagoano Sub-17, terminou com cenas lamentáveis no CT Gustavo Paiva, em Maceió. Após a confirmação da classificação do Azulão à final, um desentendimento entre jogadores das duas equipes se transformou em um tumulto generalizado, exigindo a entrada da Polícia Militar no gramado.

Tudo começou logo após o apito final, quando um atleta do M10 se dirigiu de forma ríspida a um jogador do CSA. O confronto verbal evoluiu rapidamente para empurrões e troca de

ofensas, com membros das comissões técnicas tentando conter os ânimos. A PM foi acionada e atuou para dispersar os envolvidos, evitando que a situação saísse do controle.

Dentro de campo, o CSA sustentou a vantagem construída na ida e garantiu a vaga na decisão. Mesmo com o equilíbrio no placar, o desempenho da equipe azulina foi consistente, e o grupo mostrou maturidade diante da pressão adversária. Já o M10 se despede da competição com boa campanha, mas marcado pelo incidente final.

A Federação Alagoana de Futebol ainda não se manifestou oficialmente sobre as cenas registradas após o jogo. A expectativa é que o TJJD/AL analise imagens e relatórios para avaliar possíveis punições. A final do estadual Sub-17 deve ser anunciada nos próximos dias.

O CSA, campeão da edição de 2023, vai em busca do bicampeonato e aguarda definição do outro finalista. O elenco deve retomar os treinos nesta semana, focando em ajustes táticos e recuperação física após dois jogos intensos contra



o time de Rio Largo.

Apesar da tensão fora das quatro linhas, o campeonato vem revelando jovens talentos e fortalecendo o calendário de base no estado.

A FAF pretende manter a visibilidade da categoria com finais transmitidas e apoio logístico aos clubes.

AVANÇO

Tiago Marques decide e Azulão enfrenta o Ferroviário na próxima fase

CSA vence o América-RN fora de casa e avança às quartas da Copa do Nordeste Sub-20

O CSA garantiu vaga nas quartas de final da Copa do Nordeste Sub-20 ao bater o América-RN por 1 a 0 na Arena das Dunas, em Natal. O gol da vitória saiu nos acréscimos do primeiro tempo, em bela finalização de Tiago Marques, que aproveitou jogada construída pela direita e colocou o Azulão na próxima fase do torneio regional.

Com o resultado, a equipe alagoana encerrou a fase de grupos com 13

pontos e assegurou o segundo lugar da chave, ficando atrás apenas do Bahia. A classificação veio com autoridade, em jogo que exigiu disciplina tática e controle emocional diante de um adversário que ainda não havia perdido em casa.

O América teve bons momentos no segundo tempo, mas viu a situação se complicar com a expulsão de Salatiel, após entrada dura na intermediária. Com um a menos, os donos da casa diminuíram o ritmo, e o CSA administrou o placar até o apito final. A comissão técnica comemorou não apenas o avanço, mas a postura competitiva da equipe como visitante.

Com a classificação, o clube garantiu premiação de R\$ 550 mil, valor importante para o planejamento da base em 2025. No total,

o Azulão já soma cerca de R\$ 3,15 milhões em receitas na atual edição da competição, somando cotas e bônus por desempenho.

O duelo das quartas será contra o Ferroviário, em Maceió, com data e local ainda

a confirmar pela organização da Copa do Nordeste. O confronto será em jogo único, e em caso de empate, a decisão será nos pênaltis.



Acesso perto

A UDA arrancou vitória essencial por 1 a 0 sobre o Doce Mel fora de casa na sexta-feira pelas quartas do Brasileiro Feminino Série A3, deixando o acesso à Série A2 muito próximo, já que o empate na volta garante a vaga. A equipe alagoana, líder do grupo, agora define o confronto no Estádio Rei Pelé, onde joga com apoio do torcedor local. Classificada às semifinais, a UDA destaca-se não apenas pela campanha, mas também pelo desempenho sólido em jogos decisivos.

Fim precoce

O Vasco anunciou a rescisão amigável do contrato com Dimitri Payet, encerrando prematuramente a relação iniciada em 2023, apesar do vínculo até julho. O meia, marcado por lesão no joelho, não foi utilizado por Fernando Diniz e teve desempenho abaixo das expectativas, sem marcar gols em 2025. A medida também implica corte na folha salarial, liberando recursos para reforços na próxima janela.

Lição dura

O ASA buscou a virada contra o União-TO na Série D, repetindo empate em 2 a 2 mesmo depois de abrir o placar, em partida em Arapiraca. A técnica Ranielle Ribeiro criticou a desatenção e a expulsão que custou a vantagem, mas valorizou o ponto conquistado como aprendizado para a sequência. O resultado mantém o time na liderança do grupo, com 20 pontos, e reforça a busca por correções pontuais rumo ao acesso

PSG favorito

O supercomputador da Opta apontou o Paris Saint-Germain como principal candidato ao título da Copa do Mundo de Clubes 2025, com 18,5% de probabilidade, seguido por Manchester City (17,8%) e Bayern (12,8%). O PSA estreia em 15 de junho contra o Atlético de Madrid e desponta como o grande adversário para os representantes sul-americanos. Somente Palmeiras e Flamengo aparecem com chances mínimas (0,3%), segundo as simulações.

MULTA

Irregularidades envolvem contratos de câmbio e transferências internacionais

Vasco é multado em R\$ 24 milhões por pendências fiscais de gestões anteriores

O Vasco da Gama foi multado em R\$ 24 milhões pela Receita Federal após investigação que apontou irregularidades em operações de câmbio realizadas entre as décadas de 1990 e 2000. A sanção decorre de falhas no registro de receitas provenientes da venda de jogadores para o exterior, cujos repasses teriam sido feitos sem comprovação adequada.

O processo, revelado por documentos da CPI do Futebol, destaca o uso de contas no exterior e empresas intermediárias para movimentar parte dos valores, sem que o clube tivesse declarado a origem e o destino de forma transparente. A atual diretoria afirma que os fatos pertencem a administrações passadas e que buscará contestar a decisão na esfera judicial.

Os contratos analisados envolvem atletas negociados com clubes da Europa e da Ásia, em que

parte significativa dos valores não foi registrada nos balanços financeiros. Além da multa, o clube pode enfrentar restrições em certidões fiscais e terá que apresentar plano de regularização nos próximos meses.

A gestão de Pedrinho, atual presidente vascaíno, estuda recorrer à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para renegociar o débito. O clube também pretende solicitar revisão administrativa, alegando ausência de dolo na operação original.

Nos bastidores, o clima é

de cautela, já que a multa compromete parte do orçamento projetado para 2025. O clube, que vem tentando reestruturar suas finanças desde a SAF, teme impacto em contratações e fluxo de caixa no segundo semestre.

Mesmo com os desafios, a diretoria afirma que o foco permanece no equilíbrio orçamentário e no cumprimento das metas de recuperação fiscal pactuadas com a 777 Partners.

COMANDO TRANQUILO

Carlo Ancelotti adotou uma abordagem mais serena na preparação da Seleção Brasileira para o duelo contra o Equador pelas Eliminatórias da Copa. Em vez de discursos inflamados, o treinador optou por uma conversa reservada no vestiário, destacando confiança e disciplina tática. A mudança de tom foi bem recebida pelo elenco, que acredita que a tranquilidade trazida pelo italiano pode ser um diferencial em momentos de pressão. O ambiente interno da equipe foi descrito como equilibrado e focado, contrastando com momentos anteriores marcados por tensão.

NOCAUTE RELÂMPAGO

O UFC 316 ficou marcado por um nocaute devastador do sul-coreano Joo Sang Yoo, que precisou de apenas 45 segundos para encerrar sua luta contra o indonésio Jeka Saragih. Com um jab preciso, Yoo apagou o adversário e arrancou gritos da torcida presente, além de viralizar nas redes sociais. O desempenho explosivo reforça seu nome como promessa ascendente na divisão e chamou a atenção do público e da organização. A vitória foi celebrada como um dos momentos mais impactantes do evento até agora.



EXCESSO



Clube inglês registrou perdas acima de € 350 milhões em três temporadas

Chelsea negocia com a UEFA após extrapolar limite do Fair Play Financeiro

O Chelsea está em tratativas com a UEFA para evitar punições severas após estourar o limite de perdas permitido pelo Fair Play Financeiro. Segundo apuração do jornal El País, o clube londrino acumulou déficit de € 358 milhões entre 2021 e 2024 — valor que excede em € 158 milhões o teto de € 200 milhões estabelecido pelas regras da entidade europeia. O rombo é atribuído

à política agressiva de contratações desde a chegada de Todd Boehly, que já injetou mais de € 1 bilhão em reforços. O clube tentou contornar o déficit com vendas internas e receitas oriundas de empresas ligadas aos próprios investidores, mas a UEFA desconsiderou parte desses recursos por não considerá-los “transações de mercado”.

Para reduzir os impactos, o Chelsea estuda medidas como a venda de ativos, incluindo a equipe feminina e jogadores da base, além de um acordo de conformidade

financeira plurianual. A sanção mais leve seria uma multa; a mais severa, o banimento das competições continentais, como Champions e Liga Europa.

Apesar da pressão, os Blues ainda contam com fluxo de caixa robusto e aumento de receitas comerciais. Nos últimos dois meses, o clube já iniciou cortes operacionais e renegociações contratuais, enquanto tenta manter o elenco competitivo para a próxima temporada.

A UEFA ainda não definiu prazo para divulgar o desfecho

da apuração, mas o caso do Chelsea pode se tornar um precedente importante na nova fase do Fair Play, que passa a vigorar com regras mais rígidas a partir de 2025–2026.

Enquanto isso, o clube londrino tenta equilibrar gastos e performance dentro de campo, buscando reforços pontuais e apostando em atletas formados em Cobham para manter o padrão técnico sem ultrapassar os novos limites orçamentários.

SHOW MADRILENHO

Carlos Sainz foi o responsável por inaugurar oficialmente o novo circuito urbano de Madri, em um evento que reuniu mais de 80 mil torcedores nas ruas da capital espanhola. A apresentação fez parte da preparação para o futuro Grande Prêmio da Espanha em 2026, que substituirá o tradicional traçado de Montmeló. A presença do piloto da Ferrari no roadshow atraiu olhares da imprensa internacional e gerou expectativa em torno da viabilidade técnica do traçado, considerado desafiador e com bom potencial de ultrapassagens.

VIAGEM VERDE

O elenco do Palmeiras embarcou nesta segunda-feira rumo aos Estados Unidos para a disputa do Mundial de Clubes da FIFA, sem desfalques e com logística afinada. A delegação viajou em voo fretado, com estrutura especial para preservar o condicionamento físico dos jogadores. O planejamento prevê treinos leves nos primeiros dias em solo americano, com aclimação gradual e foco na estreia contra o campeão africano. Com grupo completo, a comissão técnica celebra a ausência de baixas e aposta na consistência do time para brigar pelo título inédito.